

Carvalho, Paula, org. 2022. *Direito à vagabundagem: as viagens de Isabelle Eberhardt*. Traduzido por Mariana Delfini. São Paulo: Fósforo, 275 pp.

Marcos Paulo Amorim dos Santos\*

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Brasil

## “A chegada do colono”: novos sujeitos da África muçulmana no outono do século 19

**E**m resenha publicada na *Revista Afro-Ásia*, no ano de 2021, o historiador Thiago Mota, atualmente docente da Universidade da Califórnia (Estados Unidos), defendia o surgimento de uma “Primavera Islâmica na historiografia africanista internacional” (Mota 2021, 642). No texto, Mota trazia referências e argumentos para sustentar a sólida consolidação dos estudos do Islã da África, desde as primeiras décadas do século 21. É possível refletir — para além do proposto pelo professor — que um aumento desses estudos, em cenário nacional, quase sempre veio acompanhado de circunstâncias menos felizes do que o mero interesse pelo passado.

A crescente e constante mediação dos problemas no Oriente Médio, somada à intervenção das potências europeias e/ou norte-americanas, tornou o debate historiográfico sobre lugares, presenças, agências e resistências nos espaços ocupados pelo Islã cada vez mais frequente entre historiadores. Nada inesperado em uma disciplina que não se propõe a ser apenas mera expectadora entre o passado e o vivido no presente.

\* É pesquisador em estágio de pós-doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Doutor em História Social da África pela Universidade Estadual de Campinas. Desenvolve projeto de pesquisa sobre os discursos e formas de legitimação do colonialismo britânico na África do Sul, no período de segregação, anterior ao *apartheid*. Interessa-se por temas ligados aos estudos africanos, especificamente sobre teoria e metodologias de história da África, da África contemporânea, de religiões afro-brasileiras e da cultura afro-brasileira. <https://orcid.org/0000-0003-1076-3899>; [marcos.amorim@unesp.br](mailto:marcos.amorim@unesp.br)

Também não é vão o esforço feito pelas universidades brasileiras em apresentar experiências islâmicas e muçulmanas para a historiografia brasileira. Aqui poderiam ser citadas desde as traduções feitas de historiadores renomados, como Albert Hourani (1994), até mesmo as traduções do crítico literário palestino Edward Said (1990).

No Brasil, o trabalho de João José Reis (1986) já trazia à luz a presença islâmica na história da escravidão brasileira. Ainda no campo dos estudos sobre escravidão, perspectivas como a de Paul Lovejoy (2002) também apresentavam um frescor em um campo que fora — durante certo tempo — taxado por certa rigidez conceitual sobre quem ou quais eram os sujeitos escravizados transportados para as Américas. Havia, entretanto, certos problemas para os africanistas: a presença islâmica — na historiografia africanista no Brasil — ainda era entendida no interior do que se chamava “Período Moderno” para a história. Felizmente, podemos dizer que essa é uma visão que já ficou no passado de nossos horizontes teóricos: o livro da historiadora e jornalista Paula Carvalho é mais um dos exemplos das potencialidades dos estudos sobre o norte da África, em arcos temporais mais recentes.

Carvalho iniciou sua formação no curso de Jornalismo, na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Terminada sua primeira graduação, optou por um voo teórico mais ousado, voltando à sua *alma mater* para cursar um novo bacharelado, dessa vez em História. Suas produções acadêmicas e profissionais, desde então, transitam entre suas duas formações: indo desde estudos sobre cinema até seus estudos sobre literatura — seu maior foco de atuação. Sua dissertação de mestrado — defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo — já contava a trajetória do explorador Richard Francis Burton (1821-1890) e seus disfarces, em sua incessante e colonial busca pela penetração em domínios que não eram acessíveis a exploradores europeus. Burton — que deve à África e aos africanos grande parte de seu prestígio na alta sociedade britânica do século 19 — acabou por aproximar a historiadora da intersecção entre história e biografia, permitindo desvelar parte das tramas imperiais britânicas no período e regiões escolhidos pelo personagem (Carvalho 2017).

Na tentativa de também tomar o questionável personagem como uma marcação de um novo campo historiográfico, a historiadora optou — como fonte — pela utilização de seus relatos em torno de sua pitoresca jornada a Meca: espaço de peregrinação religiosa, restrito a muçulmanos. Paula Carvalho, portanto, pretendia sua inserção, em meio historiográfico, como uma historiadora dos estudos asiáticos. A presença do Islã na África — e vice-versa — é, contudo, antiga e perene entre os dois campos de saberes (Mota 2020). São essas razões que me levam a apresentar o mais recente livro da historiadora, *Direito à vagabundagem: as viagens de Isabelle Eberhardt*, como um contributo para os estudos africanos. Trata-se, portanto, de uma saudável e acadêmica discordância quanto à tendência de classificar os estudos sobre o norte da África — especificamente a Argélia, como é o caso — como “histórias da

Ásia”, quando sua óbvia e notória presença no continente africano é, ao meu ver, o que deve nortear nosso interesse pela obra.

Por conta da histórica expansão do Islã pelo norte da África, aliada ao crescimento dos temas ligados à história política e às culturas muçulmanas no mundo, assiste-se a uma certa compreensão acadêmica segundo a qual sociedades de maioria muçulmana — como a Argélia — estão atreladas a histórias associadas ao Oriente Médio e à Ásia. O mérito teórico dessa acepção reside na incontornável e sólida base social e política muçulmana encontrada no norte da África e em diferentes períodos históricos (Cooper 2005; Hourani 2006). Deve-se atentar, por sua vez, que parte dos historiadores brasileiros reconhece — entre os califados muçulmanos — os primeiros indícios de uma escravização orientada para uma questão racial (Costa e Silva 2002).

Em outras palavras, teriam sido as civilizações muçulmanas uma das responsáveis pelo princípio ideológico de escravização como forma de conversão salvífica, bem como de exploração de força de trabalho: antes mesmo do tráfico transatlântico do continente africano para as Américas. É compreensível — do ponto de vista das políticas em torno da memória em relação à escravidão (Todorov 2000) — o afastamento de histórias ligadas à expansão muçulmana no norte da África. Contudo, se o passado de violência e exploração de africanos fosse o único indício para rechaçarmos estudos de determinadas localidades africanas, infelizmente, pouco sobraria para a agenda de estudos africanos.

Além disso, não se pode ignorar a necessidade de a História, enquanto disciplina acadêmica, dialogar com outras formas de produção de conhecimento, como as Ciências Sociais (Braudel 1976). Assim, História e Ciências Sociais compartilham objetivos de observar não apenas os objetos de estudo, mas também valorizar as estruturas permanentes, mentalidades e culturas. Nesse sentido, o livro de Paula Carvalho — além de expandir as possibilidades e acepções de uma história e uma historiografia sobre a África — também se encontra ancorado em um forte esforço de imaginação sociológica.

Na definição do sociólogo Wright Mills, a imaginação sociológica se encontra com a capacidade teórica de relacionar a experiência individual a processos sociais mais amplos. Nessa direção, as viagens de Eberhardt figuram dentro de um conjunto de transformações históricas e sociais mais abrangentes. Ainda segundo o sociólogo, as várias *personalidades* de Eberhardt têm o poder de evidenciar as variações culturais e as diferentes formas de organização social no espaço e no tempo (Mills 1982). Desse modo, a ciência antropológica contribui para destacar como instituições sociais não são naturais e universais, mas historicamente construídas e culturalmente diversas (Ginzburg 1987). Por isso, o trabalho de Paula Carvalho compõe um interessante tripé entre antropologia, antropologia histórica e história.

De volta às viagens de Eberhardt, Paula Carvalho — modesta em sua participação na obra — escolheu por chamar a si mesma de organizadora: já que, em sua visão, a autora é a própria personagem. A primeira parte da obra, escrita pela

historiadora, é formada por um texto de caráter mais acadêmico, ambientando o leitor em relação ao mundo da exploradora. A segunda parte do livro, com as brilhantes traduções de Mariana Delfini, é formada por textos da própria Eberhardt, da qual me ocuparei mais adiante.

Já que a fonte foi chamada de autora pela historiadora, cumpre, então, o protocolo de apresentá-la antes de resenhar a obra em seus aspectos formais. Isabelle Wilhemine-Marie Eberhardt (1877-1904), mais conhecida na Argélia do século 19 por seu pseudônimo “Si Mahmoud Saadi” (um nome masculino, diga-se de passagem), nasceu na Suíça, mudando-se para Bon (atualmente Annaba), Argélia, em 1897. Antes, porém, de se estabelecer no norte da África, Eberhardt já publicava, sob pseudônimo masculino, sobre a situação da Argélia: nesse sentido, amparada — de forma oportunista — por seus correspondentes, que já viviam na região (Carvalho 2022). Sua conversão ao Islã acontece alguns anos depois de sua chegada à Argélia. Foi uma exploradora conhecida por sua pitoresca característica de travestir-se de personagens, a fim de ganhar maior aceitação entre seus objetos de estudo. Eberhardt, que já foi tema de um filme homônimo em 1991, ocupa certa imaginação positiva entre os estudiosos de relatos de viajante — supostamente por sua atitude transgressora ou mesmo por seu afincamento em “misturar-se” aos costumes locais, atuando como crítica ao imperialismo francês na região.

A escolha pelo travestir-se dos personagens que pretende explorar em benefício próprio é um preocupante traço que a aproxima de Richard Burton, também analisado pela historiadora em outra produção (Carvalho 2017). Na análise sobre a exploradora suíça, Paula Carvalho aprofunda alguns conceitos já presentes em outras produções de sua autoria, como identidade, representação de si e do outro, transculturalismo e, por que não dizer, orientalismo.

Na introdução, com o poético nome “Pelo direito de vagar”, Carvalho dedica um enorme tempo de sua exposição somente tentando defender o título que ela escolheu para o livro. A escolha pela palavra como condutora — embora faça coro com teorias historiográficas mais recentes, amparadas no chamado *Linguistic Turn* — enfraquece e até obscurece questões que, ao meu ver, poderiam potencializar a análise da controversa personagem: sua classe social, por exemplo, que lhe concede o direito à vagabundagem em um mundo arrochado pela reprodução da lógica de trabalho industrial, fabril, predatória e exploratória — em qualquer parte do mundo do século 19.

A defesa da biografia de Eberhardt, sem uma melhor ambientação dos espaços de sociabilidade que ela frequentava, acaba por diminuir sua importância para uma historiografia da Argélia do século 19. Se, por exemplo, na página 25, tivéssemos mais informações do que apenas os danos físicos e financeiros que a *personagem* (autora?) causava a si mesma, poderíamos compreender melhor os próprios agentes que Eberhardt buscou — como projeto de vida — entender e com os quais tentou se misturar.

Carvalho busca construir, para seu leitor, a imagem de uma pessoa que abriga, em si, várias personalidades, “sendo homem e mulher ao mesmo tempo” (Carvalho 2022, 25). Aqui, questiono a eficácia do argumento à luz do que foi apresentado pela própria historiadora: afinal, todas as suas passagens de identidade vão além de uma mera performance disruptiva. Alinhando-me aos historiadores mais versados em discurso, considero que se trata — na verdade — de uma oportuna escolha por performar espaços de poder, onde quer que ela se colocasse. Deve-se ressaltar, entretanto, que em nenhum tempo histórico as mulheres devem ser censuradas por ocupar espaços de poder, porém, aqui parafraseando Oyèrónke Oyêwúmi (2021), a chegada da personagem à Argélia e sua miscigenação às sociedades e culturas locais conduzem, no meu entendimento, a uma outra forma de percepção sobre as relações de gênero nos espaços africanos, performados por brancos ou não. Paula Carvalho, por sua vez, demonstra habilmente as movimentações da exploradora suíça em torno de suas várias identidades, mostrando que, para além de uma imagem de si, suas performances também carregavam os preconceitos e visões que Isabelle Eberhardt possuía em relação ao outro.

No primeiro capítulo, “Vagabundagem geográfica: partir é o ato mais corajoso de todos”, o título remete ao conceito de “geografias imaginativas”, elaborado pelo crítico literário Edward Said (2011), em *Cultura e imperialismo*. Essa associação faz bastante sentido na análise de Carvalho, uma vez que é nesse capítulo em que a historiadora nos apresenta os percursos de construção das várias identidades de Isabelle Eberhardt. Aqui o título se evidencia por meio da trajetória panfletária da exploradora, bem como de seus privilégios e do “direito à vagabundagem”, permitido somente àqueles e àquelas pertencentes a determinadas classes sociais na história do século 19. Contudo e apesar do tamanho do ego da personagem, consegue-se, com base na trajetória biográfica, observar a presença dos bairros segregados nas cidades da antiga Argélia, bem como identificar os espaços de lazer e prostituição, frequentados por Eberhardt. Seus preconceitos de classe e desprezo pela classe trabalhadora também ficam nítidos pelas alcunhas empregadas contra seus desafetos. Além disso, é possível vislumbrar as tensões entre o Império francês e os colonizados argelinos nas inúmeras referências ao aumento das forças militares francesas na região, durante o período em que a suíça se estabeleceu na Argélia.

Já no segundo capítulo, “Vagabundagem identitária: a encarnação do que há de melhor em mim”, a historiadora se detém nas personalidades masculinas da escritora suíça, refletindo sobre suas escolhas em performar tais personagens como estratégias de sobrevivência no interior de uma sociedade colonial e patriarcal. A referência implícita a Edward Said retorna aqui com força, já que é na Argélia que a escritora se sente à vontade para performar o que lhe é mais caro e íntimo: a inversão dos papéis de gênero, elaborada também pela lógica dos impérios coloniais do século 19 (McClintock 2010).

No terceiro capítulo, “Vagabundagem interior: rezar é melhor que dormir”, Paula Carvalho apresenta os hábitos religiosos de Eberhardt, levando a sua trajetória

de conversão ao sufismo, bem como suas articulações políticas com as irmandades muçulmanas que também resistiram ao colonialismo francês na região.

No quarto capítulo, “Vagabundagem documental: a lenda é sempre mais interessante que a verdade”, Paula discute as repercussões e críticas do período em relação ao trabalho da exploradora suíça.

Já a segunda parte consta de alguns escritos de ficção e não ficção de Isabelle Eberhardt. Paula Carvalho optou por apresentar um mapa que serve à materialidade dos trajetos percorridos pela escritora entre 1897 e 1904. Os textos da viajante — traduzidos diretamente do francês por Mariana Delfini — foram organizados em: “Vagabundagens”, “Isabelle Eberhardt por ela mesma”, “Textos políticos”, “Não ficção” e “Ficção” (Carvalho 2022).

Em relação ao conjunto de textos organizado sob o título “Vagabundagens”, Carvalho apresenta contos e crônicas de Eberhardt que abordam o direito — autoatribuído pela exploradora suíça — de vagar. Os textos em questão variam entre reminiscências da própria escritora e registros de suas trajetórias sociais e políticas durante o período em que viveu na Argélia.

O segundo capítulo dessa segunda parte, “Isabelle Eberhardt por ela mesma”, traz cartas diversas escritas por Eberhardt a seus editores e aliados políticos. As cartas da autora oferecem indícios poderosos como fonte histórica, uma vez que, nas palavras da exploradora, temos a oportunidade de reconhecer questões sociais e políticas da Argélia daquele tempo, assim como as várias perseguições políticas sofridas por Eberhardt em suas denúncias sobre a relação colonial da Argélia. A autora, quando em correspondência com seus amigos, deixava exposta suas práticas religiosas e sociais durante seu estabelecimento no norte da África.

No terceiro capítulo, Carvalho seleciona os escritos políticos da autora (não que os demais também não fossem, à sua maneira.). Aqui, os textos de Eberhardt são organizados para oferecer uma geografia dos territórios argelinos no período de vida da escritora. Apontam questões como criminalidade e violência, bem como a presença dos colonos franceses na região. Os textos de não ficção preservam a tônica do texto anterior, dedicando-se, entretanto, a um caráter de denúncia sobre as formas de violência de raça e gênero. O capítulo mais curto, intitulado “Ficções”, explora o entendimento da exploradora suíça sobre seus afetos e formas naquele espaço colonial.

O livro de Carvalho, portanto, oferece contribuições para um período da história da Argélia ainda pouco explorado no Brasil. Somam-se a isso as possibilidades teóricas de explorar outras tramas do colonialismo europeu no continente africano, bem como de reposicionar as comunidades muçulmanas no interior da história da África. Por si só, a publicação é bem-vinda aos historiadores africanistas, sobretudo pela fortuna crítica que ela lega à formulação de novas pesquisas em torno das histórias e antropologias da África e do colonialismo europeu no continente.

## ReferênEcias

1. Braudel, Fernand. "História e ciências sociais: a longa duração". 1976. Em *História: novos objetos*, organizado por Jacques Le Goff e Pierre Nora, 66-72. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
2. Carvalho, Paula Carolina de Andrade. 2017. "“Going Native?” Islã e alteridade em Personal Narrative of a Pilgrimage to Al-Madinah and Meccah (1855-6), de Richard Francis Burton". Dissertação de mestrado em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Guarulhos, Universidade Federal de São Paulo. <https://repositorio.unifesp.br/items/f182e41a-8161-4fc5-a9b5-2e94a12e9c71>
3. Cooper, Frederick. 2005. "Condições análogas à escravidão". Em *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós emancipação*, organizado por Frederick Cooper, Thomas Holt e Rebecca Scott, 201-270. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
4. Costa e Silva, Aberto. 2002. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
5. Ginzburg, Carlo. 1987. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras.
6. Hourani, Albert. (1994) 2006. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo. Companhia das Letras.
7. Lovejoy, Paul. 2002. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
8. McClintock, Anne. 2010. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp.
9. Meihy, Murilo Sebe Bom. 2020. "Xangô vai à Meca: islã, comércio e as religiões tradicionais iorubás". *Exilium. Revista de Estudos da Contemporaneidade* 1 (1): 35-55. <https://doi.org/10.34024/exilium.2020.v.11290>
10. Mills, Wright. 1982. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
11. Mota, Thiago Henrique. 2020. "Um coração de rei: cultura política islâmica como antecedente das revoluções muçulmanas na África Ocidental (Senegâmbia, séculos XVI e XVII)". *Varia História* 36 (71): 295-328. <https://doi.org/10.1590/0104-87752020000200003>
12. Mota, Thiago Henrique. 2021. "Primavera islâmica na historiografia africanista". *Afro-Ásia* 64: 642-649. <https://doi.org/10.9771/aa.v0i64.46506>
13. Oyêwùmí, Oyèrónkẹ. 2021. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
14. Reis, João José. 1986. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense.
15. Said, Edward. 2011. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
16. Said, Edward. (1990) 2007. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
17. Todorov, Tzvetan. 2000. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós.